

**Narrativas Reflexivas de Ofensores Sexuais Intrafamiliares em Detenção:  
Uma Visão Psicodramática Sistêmica**

Tatiana Lovatti Debona<sup>1</sup>  
Ana Maria Fonseca Zampieri<sup>2</sup>

**Resumo**

*O principal interesse do presente trabalho refere-se à investigação das narrativas de ofensores sexuais intrafamiliares sob a ótica psicodramática sistêmica. Nas publicações que abordam o ofensor sexual são comuns os relatos de que eles também foram vítimas de violência sexual na infância. Este estudo busca verificar se existem, no grupo selecionado, histórias de violência na vida desses sujeitos. A pesquisa foi realizada com dez homens que cumprem pena em regime fechado, no Presídio Monte Líbano de Cachoeiro de Itapemirim, ES, acusados de abusar sexualmente de crianças e adolescentes em âmbito familiar. Em muitos casos, os resultados demonstram que a violência esteve presente, não sendo necessariamente de ordem sexual, mas psicológica, física e moral.*

**Palavras-chave:** *ofensa sexual intrafamiliar; ofensores sexuais; presídio; psicodrama; sistêmica.*

**Reflective Narratives of Sexual Intrafamilial Offenders in Detention:  
A Systemic Psychodramatic Vision**

**Abstract**

*The main interest of this article is related to the narratives research of sexual offenders within the family, under systemic psychotherapy optical. Publications dealing with the sexual offenders, commonly report they were also victims of sexual violence in childhood. This study aims to verify any possible stories of violence in the selected group. The survey was conducted with ten men serving time in the Monte Líbano Prison in Cachoeiro de Itapemirim, ES, accused of sexually abusing children and teenagers in their families. In many cases, results show that violence was present not necessarily reported as sexual, but also considering its psychological, physical and moral aspects.*

**Keywords:** *intrafamilial sexual abuse; sexual offenders; prison; psychodrama; systemic.*

O tema violência sexual é ainda pouco abordado quando se refere ao protagonista que cometeu tal ato, o ofensor sexual. Falar de violência sexual intrafamiliar é ainda mais difícil. Segundo Marshall (2001), informações levantadas nos últimos 30 e 40 anos relatam que uma alta porcentagem da

---

<sup>1</sup> Psicóloga, especialista em Terapia Sexual, especialista em Terapia de Casais Famílias e Grupos. Terapeuta de EMDR e Brainspotting, associada aspirante da ATEFES. E-mail: tatianalovatti@hotmail.com

<sup>2</sup> Mestre e Doutora em Psicologia Clínica. Pós-graduada em terapia de casais e famílias. Terapeuta sexual. Terapeuta de EMDR.

população já sofreu ofensa sexual em algum momento de sua vida e que o fato está presente em todos os setores da sociedade sem exceção, mesmo que a justiça não trate igualmente todos eles.

Na presente pesquisa, o principal objetivo é conhecer a história de vida pessoal desses indivíduos, culpados judicial e socialmente por ofensa sexual de crianças e adolescentes em âmbito familiar, buscando levantar dados, como: a história de vida familiar, os papéis desempenhados ao longo da vida e a visão deles sobre o fenômeno – a ofensa sexual. Há também a tentativa de descobrir se existiram episódios de violência, direta ou indiretamente.

Esber (2009), pesquisando sobre autores de violência sexual na literatura internacional, aponta autores como Stirpe e Stermac (2003), Lambie et al. (2002), Smallbone e McCabe (2003), Greenberg et al. (2005), que confirmam pesquisas realizadas com ofensores indicando que eles também foram vítimas de violência sexual na infância.

Dessa forma, existe um problema duplo a ser trabalhado. A primeira hipótese seria a de que milhares das vítimas de hoje serão possíveis vitimizadores no futuro. E a outra questão é a de que os ofensores sexuais necessitam não só de punição no âmbito penal, mas também, principalmente, de tratamento emocional, para que não sigam vitimizando outras pessoas quando forem reinseridos à sociedade.

Esta pesquisa busca atrelar ideias e favorecer o entendimento acerca do papel de ofensor sexual, a fim de que haja investimento na prevenção, especialmente se isso puder ser feito através da ótica de quem o comete. Deve-se ressaltar que ao abrir espaço para que essas narrativas surjam, é fundamental estar preparado para recebê-las e compreendê-las.

Para Andersen (2002), psiquiatra, professor do Institute of Community Medicine na Noruega, o diálogo é permeado pela narrativa do locutor e a interpretação do receptor que logo se transformará em uma nova narrativa. Andersen (2002) citando Bateson (1972), diz que o indivíduo cria uma imagem de algo, ou do próprio homem bem distinta de seu meio, pois a nossa percepção sempre será diferente da imagem “real”. Assim, cada pessoa tem uma percepção da situação a qual pertence devido às influências culturais, sociais, religiosas, etc. “A ‘realidade’ existe somente como uma ‘realidade’ de quem a percebe” (p. 50).

O fato de abordar um assunto tão delicado como a ofensa sexual intrafamiliar com os próprios autores do crime exige uma postura criteriosa de respeito à necessidade do outro, pois na medida em que é comum o assunto “ofensa sexual” ter a vítima como foco, ao proporcionar o direito ao ofensor de falar e ser ouvido permite-se que o outro lado da história se torne visível. Assim, dar voz aos ofensores sexuais segue o intuito de conhecer a “realidade” deles e de respeitá-la, o que é bem diferente de achar certo ou errado o que eles fizeram.

A ofensa sexual é um fenômeno complexo. Ferrari (2002) cita autores como Duarte e Arboleda (1997) que conceituam violência sexual na infância/adolescência como o contato entre crianças/adolescentes com um adulto que objetiva a satisfação de suas necessidades ou desejos sexuais, causando danos à criança/adolescente, uma vez que este ainda não possui independência emocional e, certamente, foi coagido física e/ou psicologicamente a participar, violando regras sociais.

Como ofensa sexual intrafamiliar Werner (2010) coloca:

(...) é aquela praticada contra crianças e adolescentes dentro de casa ou na vizinhança, por familiares ou amigos próximos. Caracteriza-se por atividades sexuais que as crianças ou os adolescentes não são capazes de compreender e que são impróprias para sua idade e para o seu estágio de desenvolvimento psicosssexual (Werner, 2010, p. 109).

A autora ressalta o fenômeno da pluralidade que ocorre em famílias com membros ofensores e ofendidos. Pode-se ter vários membros ofendidos em uma mesma geração pelo mesmo ofensor, ou ofensas sexuais em gerações que se sucedem. O equilíbrio familiar é então sustentado pelo funcionamento inadequado de parcerias sexuais incestuosas – confirma Werner (2010).

Há autores que acreditam existir uma estrutura típica de famílias com história de violência sexual. Mattos (2002) fala de famílias simbióticas e aglutinadas, onde não existem limites entre os subsistemas familiares, além de apresentarem dificuldades para lidar com mudanças e ausência de regras. “Nessas famílias, em que a confusão de papéis manifesta-se em várias situações, a ofensa é muitas vezes, a única forma de contato entre o genitor e a criança” (p. 179).

Quando esses casos alcançam o meio social, a vítima é posta em evidência e as providências, em alguns casos, logo tomadas. O ofensor, por sua vez, a maioria homem e pai biológico, como afirmam Ferrari (2002), Furniss (2002), Garcia (2002), Silva (2002), Werner (2010), e Zampieri (2010), é autuado e responderá de acordo com os atos pelos quais é acusado.

A ofensa sexual intrafamiliar compromete e prejudica emocionalmente todo o sistema familiar.

Werner (2010) enfatiza que:

(...) após a revelação da ofensa e passada as primeiras reações de incredulidade ou desqualificação; ou, de outro modo, de raiva e vergonha, a sensação de pertencer a uma família doente, desestruturada e disfuncional é comumente sentida por todos os membros da família nuclear ou da estendida (Werner, 2010, p. 113).

Para Zampieri (2010), o ofensor promove um processo de pedofilização, onde o abuso de poder destrói uma criança ou adolescente de uma forma tão peculiar e emocional que, muitas vezes, a vítima não consegue se reconhecer como tal.

Essa realidade faz-se presente, mas é cercada por segredos e nem sempre chega a ser revelada. Na visão de Azevedo (2000), a criança participa de um complô de silêncio e sofre pressões para nada revelar com medo de receber punições e de não acreditarem no que ela conta. Desta forma, o silêncio e o segredo constituem os principais perpetuadores de violência sexual dentro da família.

Scodelario (2002) e Zampieri (2010) advertem que sérias questões permeiam a ofensa sexual intrafamiliar, como o abuso de poder por parte do adulto para com a criança ou adolescente; a omissão no exercício de interdição pelo outro cônjuge não ofensor, ou seja, que seria responsável por ajudar a criança; a confusão de papéis e a falta de limite entre as gerações, onde filhos acabam assumindo lugares que não lhe cabem, como por exemplo, servir ao pai sexualmente.

Werner (2010) cita alguns pontos da terapia sistêmica que são relevantes à questão da ofensa sexual intrafamiliar. Com relação a não interdição do outro cônjuge na violência, indica o fracasso do casal parental, quando os dois, ou um deles é negligente ao dever de proteger e cuidar dos filhos.

Outro ponto é o fracasso do casal conjugal, que não foi capaz de cumprir com os deveres matrimoniais de suprir, sexualmente, um ao outro, no qual em muitos casos, a filha é culpada de seduzir o próprio pai. Esse fato nos remete ao que se conhece na terapia sistêmica por inversão da hierarquia familiar, ou seja, a criança ou adolescente passa a não pertencer mais a sua posição na hierarquia, sendo o par, o parceiro nas atividades sexuais que deveria ser reservada a parceiros da mesma etapa do ciclo vital – afirma a autora.

Observando a relação pais-bebê na infância, de acordo com o conceito de Matriz de Identidade concebido por Moreno (2007), a criança passa por várias fases influenciadas por seu cuidador, em geral, a mãe, desde a dependência deste cuidador para sobreviver, até o que ele chama de inversão da identidade, quando a própria criança passa a fazer por ela mesma o que aprendeu. É como se o adulto fosse um modelo de vida para a criança. A Matriz é, segundo Moreno (2007), a “placenta social” da criança, o *locus* em que ela mergulha suas raízes.

Isso vai mudando quando a criança torna-se capaz de separar a realidade da fantasia. Em determinado ponto do desenvolvimento infantil, essa mudança irá acontecer, e a espontaneidade será a responsável pelo domínio que a criança passará a ter entre fantasia e realidade. Moreno (2007) define espontaneidade como “(...) a resposta do indivíduo a uma nova situação – e a nova resposta a uma antiga situação” (p.101). Isso significa toda a nossa capacidade de manifestação frente a um estímulo na vida.

Ele ressalta ainda que a função da realidade para a criança, inicialmente, lhe é imposta por outras pessoas, suas relações, coisas e distâncias no espaço e tempo. Já a fantasia encontra-se livre dessas resistências extrapessoais, a menos que o indivíduo interponha a sua própria resistência. Dessa nova configuração da personalidade da criança surgirá o que Moreno (2007) chama de papel social.

Todo ser humano representa diversos papéis ao longo da vida, estando, portanto, sempre presentes e nos constituindo. São rigidamente prescritos por costumes, formas sociais e morais, mas cada indivíduo irá desempenhá-lo segundo sua espontaneidade, ou seja, irá manifestá-lo de uma forma que lhe é particular.

Abordando o papel de ofensor sexual, Ferrari (2002) destaca que vitimizadores apresentam características relevantes como “(...) personalidade antissocial, paranoia, impulsividade, baixa tolerância à frustração, sentimentos de inferioridade ou de insuficiência, infância violenta, estresse, álcool ou drogas” (p. 92). Zampieri (2010), em sua prática clínica, diz que essas pessoas apesar de demonstrarem aspectos exteriores de normalidade, sentem-se frágeis interiormente como adultos.

Ferrari (2002) cita uma pesquisa de Finkelhor (1984), que diz existirem quatro pré-condições que levam um indivíduo a cometer a ofensa sexual infantil: motivação, superação das barreiras internas, externas, e a possível resistência da vítima. Quando ele explica a pré-condição de motivação, ressalta que “(...) é preciso sentir o desejo de manter relações sexuais com uma criança” (p. 92), e coloca como uma possível razão: “(...) porque ocorreu uma reativação inconsciente de um trauma infantil; (...)” (p. 92).

Mattos (2002) fala também que em algumas famílias abusivas, os pais, por exemplo, desempenham outros papéis a eles atribuídos e que se deve tomar conhecimento da história de vida

peçoal destes que, em muitos casos, também foram educados com violência. “Portanto, não tiveram sucesso no desenvolvimento da empatia e na aprendizagem do autocontrole necessários a uma educação não-violenta e perpetuarão esse modelo relacional” (p. 129). Isso indica a possibilidade de que o ofensor sexual tenha sido vítima também de ofensas ou outros tipos de violência na infância, o que é denominado de “transmissão transgeracional” na terapia sistêmica (Werner, 2010).

Em acordo, Vecina (2002) ressalta que pessoas que vitimizam também foram invadidas, foram objeto do desejo de outrem, física, sexual ou psicologicamente no decorrer de sua vida, e quando adultas, agem da mesma forma em que foram criadas.

Para explicar o processo de vítima/vitimizador, Vecina (2002) diz que, em muitos casos, as vivências de ofensas na infância não se encontram em nível consciente no adulto, sendo negadas por este como um mecanismo de defesa a fim de evitar a dor. “Somente quando compreendemos essa dinâmica e a Matriz de Identidade dos que vitimizam é que se torna possível iniciar um processo terapêutico, e não apenas investigatório ou classificatório. (...) Cabe ao processo terapêutico um trabalho no sentido da rematrização” (Vecina, 2002, p. 205).

A “rematrização” reporta ao processo de questionamento e elaboração da aprendizagem emocional ocorrido na primeira infância, no grupo familiar ou na instituição onde a pessoa foi criada. Vecina (2002) coloca ainda, que o *setting* terapêutico pode ser visto por eles como uma ameaça, pela possibilidade de vinculação, revivência de situações traumáticas e medo de acusação. Outra característica comum que surge no discurso do vitimizador é a presença de conteúdos religiosos que possibilitam a construção do conceito de uma identidade.

A não admissão do crime é comum quando se fala em ofensa sexual intrafamiliar. Para Furniss (2002), a admissão dessas pessoas é a pré-condição para a possibilidade de uma abordagem terapêutica direta. Porém, alguns, mesmo quando admitem, podem fazê-lo de uma forma mecânica. Em muitos casos, há uma dissociação entre a realidade psicológica e os procedimentos do tribunal. Assim assumir completamente a autoria pode ser muito assustador ao ofensor, pois a própria fragilidade do ego que o conduziu ao ato torna difícil o enfrentamento dessa responsabilidade.

A suposição de que as admissões já estabelecem a realidade psicológica, muitas vezes, é totalmente desmentida quando as pessoas que cometeram a ofensa têm que ir para a prisão. A prisão compõe a evitação da realidade e as pessoas que cometeram abuso, frequentemente, saem sem haver assumido a autoria em termos psicológicos (Furniss, 2002, p. 25).

E se a prisão não é propulsora de mudanças psicológicas, o tratamento emocional representa uma oportunidade para que isso aconteça. O problema é que a maioria das pessoas sente repulsa ou completo descaso em relação aos ofensores e a aproximação não acontece. Por isso, a melhor forma de puni-los é mandá-los para prisão. Furniss (2002) diz que as pessoas sentem medo de demonstrar empatia e compreensão pelos ofensores sexuais como se isso os desculpasse pelo ato cometido e culpasse a criança. Entretanto, ela ressalta que isso em nada os desresponsabiliza, e que “(...) a distinção entre os elementos interacionais e estruturais da responsabilidade, participação e culpa na ofensa sexual da criança permite-nos demonstrar empatia e tentar compreender por que pais, padrastos e outros, tornaram-se pessoas capazes de cometer abuso sexual” (p. 21).

Para Marshall (2001), deve-se tentar entender os agressores sexuais ainda que seus atos nos pareçam repulsivos, a fim de desenhar estratégias preventivas e diminuir o risco de reincidência. Não é aceitar o que eles fizeram, mas, assim como coloca Andersen (2002), só conseguimos conhecer a realidade do outro se for possível dar voz a ele.

Werner (2010) concorda dizendo:

Por mais difícil que seja, é preciso olhar o ofensor sexual como alguém doente emocionalmente, que precisa de ajuda, e que, provavelmente, sofre dificuldade com seu autocontrole, que não funciona adequadamente, pois não consegue impedi-lo de partir para o *acting-out*, para atuação direta com seu objeto de desejo, incestuoso e proibitivo (p.94).

Deve-se olhar não só o ofensor sexual como alguém doente emocionalmente, mas como realça Mattos (2002), toda a relação familiar, sendo fundamental trabalhar terapeuticamente com essas famílias e, assim, promover ações preventivas sobre a violência, o que proporciona o questionamento desta prática e propulsiona mudanças.

Ferrari (2002) também aponta a importância de que a violência intrafamiliar seja revelada e analisada dentro da própria família, para que nesse primeiro momento o pacto do silêncio seja rompido:

O agressor tem de assumir a responsabilidade total da violência durante os primeiros meses de terapia, pois a aceitação dessa responsabilidade leva aquele que agrediu a uma posição, a um papel de verdadeira paternidade, enquanto devolve à vítima sua posição, seu papel de criança/adolescente, alivia seu sentimento de responsabilidade (p. 164).

Madanes (1993) preconiza a importância em validar que a ofensa também provoca dor espiritual no agressor, pois é preciso deixar claro, especialmente a ele, o quanto deve ser terrível fazer algo assim com alguém que se ama.

E, para que um tratamento eficiente aconteça, Vecina (2002) destaca que o profissional deve despir-se de dizeres do senso comum que discriminam a possibilidade de melhora: “Para tais pessoas não tem saída”; “Eles devem ser punidos, senão castrados de alguma forma” (p. 202). Ela ainda enfoca que:

(...) aceitar esses pressupostos significa oscilar da impotência de não podermos interferir para a quebra do ciclo da violência até sentimentos de onipotência quando nos atribuímos responsabilidades por mudanças que sabemos serem, muitas vezes, pequenas e lentas (Vecina, 2002, p. 202).

Dessa forma, os resultados podem e geralmente são lentos, mas se o terapeuta conseguir trabalhar com o vitimizador a criação de limites, entre ele e a criança, a fantasia e a realidade, Vecina (2002) acredita ser um momento favorecedor para o questionamento de vivências passadas e quebra do ciclo da vitimização.

Enfim, observa-se que os autores estudados concordam sobre a possibilidade dos ofensores sexuais também terem sido vítimas de ofensa sexual na infância, sendo essa uma experiência marcante na Matriz de Identidade deles. E destacam ainda a importância de que eles recebam tratamento emocional e psicológico, além da prisão, na busca por mudanças paradigmáticas. Os autores só relatam possibilidades diferentes sobre as causas que levam essas pessoas a cometerem

a ofensa. As hipóteses contemplam questões diversas, desde concepções ambientais, sociais e o uso de substâncias psicoativas.

## **Resultados**

Na pesquisa foi utilizado um questionário estruturado com 31 questões. Dos dez homens entrevistados, somente um deles cometeu delito fora do âmbito familiar. Cinco homens apresentavam-se casados e outros cinco solteiros, embora a maioria já houvesse passado pela experiência de ser casado.

Quando questionados sobre o que faziam antes de estarem presos, observou-se que todos exerciam cargos que não exigiam muita escolaridade, tais como, auxiliar de serviços gerais, lavrador, ajudante, polidor e vigia. A maioria não tinha completado o Ensino Fundamental e alguns agora estudam na escola do presídio.

Sobre a infância na família de origem, a maioria diz ter sido boa e morava com os pais. Começaram a trabalhar bem cedo, por volta dos oito anos, alguns deles, em trabalhos como lavador de carros, lavrador, bóia-fria, e por isso não se dedicaram aos estudos.

Embora nenhum dos entrevistados tenha admitido a autoria do crime, ressaltam todo o tempo que a sociedade foi quem os fez estar na cadeia e que agora irão pagar pelo que lhes foi imposto (porém, num sentido de aceitação). Uns relatam sentirem-se envergonhados, constrangidos, pagando por algo que não cometeram. Há quem diga ser uma experiência frustrante e também quem pense positivo.

Um dos objetivos da pesquisa era conhecer onde eles aprenderam sobre sexualidade quando crianças e adolescentes e das opções oferecidas no questionário (escola, família, rua, sozinho), seis homens responderam que aprenderam sobre sexo na rua e sozinhos, e apenas dois deles disseram que foi na família. Um entrevistado contou que falar sobre sexo em casa era considerado um insulto pelos pais.

Quando questionados sobre possíveis situações de violência na infância e adolescência, as opções oferecidas no questionário eram: apanhava em casa, na escola, na rua, agredido moralmente, morou em locais violentos e recebeu maus tratos de alguém. Destas, cinco pesquisados responderam que apanhavam em casa, enquanto somente um respondeu na escola e um na rua. Outros quatro homens relataram terem sido agredidos moralmente, três moraram em locais violentos e três responderam terem recebido maus tratos de alguém quando crianças e adolescentes.

A seguir, foi abordada a possibilidade deles também terem sido vítimas de ofensa sexual na infância. A princípio todos responderam que não. Mas a questão foi ampliada exemplificando algumas formas de ofensa, que não incluem só a penetração. Quando eram citadas uma a uma as variações de ofensa sexual propostas no roteiro da entrevista, alguns demoravam a responder e permaneciam pensativos.

Um homem disse ter sido acariciado quando criança por uma menina de 12 anos e outro conta ter sido perseguido por um vizinho que lhe ofereceu balas para levá-lo a sua casa, mas ele conseguiu

fugir. Dois responderam ter visto revistas pornográficas e um desses, disse que adultos lhe mostraram seus órgãos genitais.

Frente à realidade da não admissão do delito ao qual são acusados, durante as entrevistas procurou-se levantar hipóteses junto aos entrevistados sobre o que levaria uma pessoa a cometer um ato de ofensa sexual estando até mesmo em um contexto familiar. E, em algum momento, era levantada a questão que, mesmo não admitindo e considerando-se inocentes, provavelmente ali naquela instituição existiam homens que realmente ofenderam sexualmente crianças e adolescentes. Todos confirmaram minha suposição imediatamente. Quando lhes era perguntado o que achavam levar uma pessoa a cometer o crime, as principais respostas foram relacionadas à falta de Deus, ao interesse que sentiam por crianças, à falta de juízo e ao uso de bebida alcoólica.

Ao fim da entrevista foram indagados sobre o que esperam para o futuro e a maioria disse querer ir embora e reconstruir a vida, ter trabalho, começar tudo de novo, dar a volta por cima.

### **Discussão dos Resultados**

Pode-se observar como foi difícil, em um primeiro contato, conseguir relatos tão íntimos de pessoas que ofendem sexualmente de outros. Esta pesquisa proporcionou um espaço para que eles falassem sobre o assunto, o que pensam a respeito e qual a opinião, mesmo sem a admissão.

A rua foi a maior protagonista de aprendizado da sexualidade. Somente dois homens disseram ter aprendido sobre sexo na família, e mesmo assim, com restrições. Um deles disse em vários momentos da entrevista que sempre teve muito medo das mulheres e por isso temia se envolver, ou se casar um dia. Essa narrativa me fez refletir: será então menos perigoso relacionar-se com uma criança?

A casa, com a família de origem foi o local onde eles mais sofreram sanções, principalmente apanhando dos pais ou cuidadores. Isso nos remete a Matriz de Identidade (Moreno, 2007) como base formadora do sujeito, em que primeiro a criança aprende pelas influências do cuidador e depois inverte o papel e passa ela mesma a fazer por si o que aprendeu. Para Mattos (2002), as experiências vividas na infância são fundamentais para influenciar pais na criação de seus filhos, e que muitas vezes os tratam com violência, pois foram educados com violência. Isso não justifica o ato violento, mas pode ajudar a entendê-lo.

Sobre a hipótese de terem sofrido algum tipo de violência sexual na infância/adolescência, o único entrevistado que relatou um evento relacionado a investidas sexuais de um adulto refere-se a um vizinho que o perseguia, mas nunca chegou às vias de fato. Para Vecina (2002), pessoas que vitimizam também já foram invadidas em algum momento como objeto do desejo do outro.

Os pesquisados contaram como foi a infância e as relações com a família de origem, e a maioria afirmou rapidamente terem tido boas relações. Isso inicialmente, não apontou indícios de que existiram relações violentas no meio familiar. Entretanto, Andersen (2002) ao citar Bateson (1972) diz que criamos uma imagem de algo ou do homem bem diferente da imagem real, pois cada um tem uma percepção da sua situação influenciada pela cultura, pelo social e religioso.

Falar de violência sexual foi mais difícil do que se supunha e suas narrativas denunciam a complexidade do assunto. Enquanto o tema era desmembrado e surgia um diálogo, eles relatavam situações de desconforto na família de origem, brigas, e problemas com alcoolismo. Assim, a resposta inicial de uma boa infância ia sendo redesenhada.

É importante enfatizar, como coloca Zampieri (2010), que o ofensor sexual pode ser qualquer pessoa próxima ao convívio, não havendo distinção de cor, raça, profissão ou classe social.

Como aponta Furniss (2002), nenhum dos pesquisados admitiu ser protagonista da ofensa sexual da qual era acusado. Entretanto, certamente alguns deles cometeram - senão todos. Por saber que a admissão seria algo difícil de ser ouvido nas entrevistas, procurou-se abrir a discussão do tema, não contemplando só o motivo pelo qual eles foram condenados, mas também questionando o que achavam de pessoas que realmente cometiam tal crime, permitindo assim, uma visão externa do fato.

As narrativas sempre culpabilizam terceiros, ou a bebida, ou uma ex-companheira ou até mesmo entidades malignas. Todos os entrevistados, sem exceção, disseram estar presos por terem sido vítimas de armações. E a maioria diz ser a ex-mulher protagonista dessa armadilha. Essa necessidade conforme aponta Vecina (2002), demonstra um discurso repetitivo de reafirmações em mostrar-se uma pessoa boa, digna de confiança e de, conseqüentemente, não entender o porquê de estar sendo acusado.

Scodelario (2002) aponta que é difícil que eles admitam o delito, pois sustentam a ideia de que jamais fariam isso com uma pessoa da própria família. Quando questionados sobre os seus sentimentos por estarem presos, há uma conformação na resposta de quase todos, como se, já que a justiça quis assim, vão cumprir. Posicionam-se como vítimas na história. Alguns chegam a responder até que se sentem bem por estarem ali e que aprenderam bastante.

Se observarmos o teor dessa pesquisa, ela ocorreu em um só encontro com cada um deles e mesmo que já se supusesse que a admissão de uma possível história de violência sexual na infância fosse dificilmente revelada, alguns deles trouxeram narrativas importantes que confirmam, pelo menos inicialmente, episódios de violências e tentativas em suas histórias de vida. Pude entender que com um único encontro não seria possível encontrar relatos prontos tão reveladores e particulares. E que era preciso observar além das palavras, percebendo o olhar, a expressão e até o tempo deles para responder.

Concordamos com os autores, que consideram imprescindível o tratamento emocional desses sujeitos. Werner (2010) destaca a importância de vermos o ofensor sexual como alguém emocionalmente doente. E Mattos (2002) acrescenta ao dizer que essa doença emocional está também nas relações familiares, que precisam ser tratadas.

O fato de utilizarem a religião ou não, o sonho de ter uma vida diferente do lado de fora, sendo verdade ou não, cabe a nós, profissionais da saúde, do direito, terapeutas de famílias e casais, educadores, enfim, estarmos mais disponíveis a ouvi-los e considerarmos esse tratamento como algo possível e fundamental para a ressocialização saudável dessas pessoas. Estar preso, pagando por um erro em nível social, pode ser uma possibilidade não de mudanças psicológicas sobre o ocorrido - o que seria essencial - mas apenas de uma obrigação, ressalta Furniss (2002).

Novas formas de pesquisa devem ser formuladas e aplicadas, assim como Esber (2009) sugere ser importante que investigações sejam feitas com ofensores sexuais que não apresentam história de vitimização sexual na infância, a fim de que sejam entendidos quais fatores podem estar envolvidos como motivadores, uma vez que não existem histórias de ofensas. Marshall (2002) destaca a importância de estudar o comportamento dos ofensores sexuais, e pesquisas devem também focar o tratamento dos mesmos, suas dificuldades e benefícios, para que cada vez mais profissionais mobilizem-se ao cuidado desse fenômeno por um todo, que é presença constante no seio de muitas famílias.

### **Considerações finais**

Quando decidimos pesquisar sobre os ofensores sexuais, o objetivo inicial era descobrir se esse grupo apresentava histórias de vitimização sexual na infância. Isso porque a ideia de que vitimizadores também foram vitimados passa a percepção de uma explicação para que hoje, já adultos, ajam assim.

Ao longo da preparação para a pesquisa e o que foi sendo observado com a literatura levantada, pode-se perceber que para realizar o estudo dessa forma iria demandar muito tempo e, principalmente, um tempo hábil de tratamento para ter a intimidade suficiente onde assuntos tão difíceis pudessem surgir. Não seria simples conseguir essas informações. Dessa forma, decidiu-se realizar uma pesquisa no regime prisional com homens acusados de ofensa sexual intrafamiliar, e conhecer um pouco sobre a relação deles e a família de origem, suas histórias de vida, e se nesses existiram indícios de violência.

Foi difícil, mas muito interessante possibilitar o diálogo de uma forma aberta sobre o assunto que eles mais temiam falar naquele lugar, por medo de repressões e julgamentos.

Sabe-se que é através da informação, da educação sexual que se pode prevenir a ofensa, e por isso, ela deve ser inserida o quanto antes no diálogo familiar e nas escolas. A educação sexual deve ser parte da Matriz de Identidade do sujeito.

Em um trabalho social como Terapeutas de Casais, Famílias e Grupos, nós do grupo da F&Z/SP e PUC/GO, realizamos vários encontros durante o ano de 2009, uma vez ao mês, em uma escola pública da periferia de São Paulo, nos quais abordávamos conteúdos sobre sexo e sexualidade. Um desses encontros falou da ofensa sexual intrafamiliar.

Como experiência única, recebemos a notícia semanas depois, de que uma menina de 12 anos revelou a ofensa que sofria do irmão mais velho a uma professora, e esta teve condições de tomar as devidas atitudes e dar um basta na situação. Foi impressionante ver o empoderamento que a informação dá às pessoas.

Sobre o fato dos pesquisados não admitirem ter cometido a ofensa, pode-se pensar que a possibilidade de que essa atitude faça parte de um mecanismo de defesa usado por eles, que os livram de julgamentos, inclusive o do pesquisador naquele momento. O primeiro homem entrevistado, o qual uma das psicólogas disse falar muito pouco nas sessões individuais, permaneceu por quase

duas horas na entrevista falando, e no final, agradeceu por eu ter sido ouvido sem demonstrar raiva ou desprezo durante a conversa.

Esse trabalho foi um grande aprendizado e só o começo de uma luta por conscientização da sociedade quanto à necessidade de colocar refletores sobre milhares de casos de ofensa sexual que acontecem todos os dias no mundo, muitos dentro da própria família, enfatizando que é nossa responsabilidade e nosso papel enquanto pessoas defender nossas crianças e adolescentes, além de promover políticas de tratamento e prevenção para todos os envolvidos, principalmente ao ofensor. Além disto, sugere-se que haja conscientização, como profissionais de educação e saúde da sexualidade humana e terapeutas de famílias, quanto a nossa corresponsabilidade, enquanto agentes de mudança ou de manutenção do *status quo* da complexidade da ofensa sexual intrafamiliar.

## Referências

- Andersen, T. (2002). *Processos Reflexivos* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Instituto NOOS.
- Azevedo, M. A. (2000). Consequências psicológicas da vitimização de crianças e adolescentes. In *Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder* (pp.153-154). São Paulo: Iglu.
- Esber, K. M. (2009). *Autores de violência sexual contra crianças e adolescentes*. Goiânia: Cãnone Editorial.
- Ferrari, D. C. de A. (2002a). Atendimento psicológico a casos de violência intrafamiliar. In D. C. de A. Ferrari & T. C. C. Vecina (orgs). *O fim do silêncio na violência familiar – Teoria e prática* (pp. 160-173). São Paulo: Ágora.
- Ferrari, D. C. de A. (2002b). Definição de abuso na infância e na adolescência. In D. C. de A. Ferrari e T. C. C. Vecina (orgs). *O fim do silêncio na violência familiar – Teoria e prática* (pp. 81-94). São Paulo: Ágora.
- Furniss, T. (2002). *Abuso sexual da criança – uma abordagem multidisciplinar*. São Paulo: Artmed.
- Garcia, M. R. C. (2002). Teorias e técnicas do atendimento social em casos de violência intrafamiliar na infância e na adolescência. In D. C. de A. Ferrari e T. C. C. Vecina (orgs). *O fim do silêncio na violência familiar – Teoria e prática* (pp. 146). São Paulo: Ágora.
- Madanes, C. (1993). *Sexo, amor y violencia*. Buenos Aires: Paidós.
- Marshall, W. L. (2001). *Agressores Sexuales*. Barcelona: Editorial Ariel.
- Mattos, G. O. de. (2002a). A questão do disciplinamento corporal. In D. C. de A. Ferrari e T. C. C. Vecina (orgs), *O fim do silêncio na violência familiar – Teoria e prática* (pp. 129-130). São Paulo: Ágora.
- Mattos, G. O. de. (2002b). Abuso sexual em crianças pequenas: peculiaridades e dilemas no diagnóstico e no tratamento. In D. C. de A. Ferrari e T. C. C. Vecina (orgs), *O fim do silêncio na violência familiar – Teoria e prática* (pp. 179). São Paulo: Ágora.
- Moreno, J. L. (2007). *Psicodrama*. São Paulo: Cultrix.
- Rey, G. (2002). *Pesquisa qualitativa em Psicologia*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.

- Scodelario, A.S. (2002). A família abusiva. In D. C. de A. Ferrari e T. C. C. Vecina (orgs), *O fim do silêncio na violência familiar – Teoria e prática* (pp. 95-106). São Paulo: Ágora.
- Silva, M. A. de S e. (2002) Violência contra crianças – quebrando o pacto do silêncio. In D. C. de A. Ferrari e T. C. C. Vecina (orgs), *O fim do silêncio na violência familiar – Teoria e prática* (pp. 73-80). São Paulo: Ágora.
- Werner, M. C. M.(2010). *Família e Direito*. Rio de Janeiro: Booklink.
- Vecina, T.C.C. (2002). Do tabu à possibilidade de tratamento psicossocial: um estudo reflexivo da condição de pessoas que vitimizam crianças e adolescentes. In D. C. de A. Ferrari e T. C. C. Vecina (orgs), *O fim do silêncio na violência familiar – Teoria e prática* (pp. 201-212). São Paulo: Ágora.
- Zampieri. A. M. F. (2010). Violências sexuais intrafamiliares. Narrativas e traumas. *Projeto prevenir é poder – a terapia familiar na construção da paz e da não violência* (pp. 70-80). São Paulo.

Enviado em 15/04/2011

1ª revisão em 01/06/2011

Aceito em 02/07/2011